

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: COMPROMISSO SOCIAL COM O ECA

Aline Alves Esperança; Daiane Dorneles Ibargoyen; Eliete Maria de Carvalho; Fernando Julio Nogueira; Janaina Fagundes de Assis; Joseany Ribeiro dos Santos; Aline Rodrigues Alves Rocha
UEM - Universidade Estadual de Maringá, Maringá - Paraná

Eliana Silvestre e Sueli Sampaio Damim Custódio (Orientador)
UEM - Universidade Estadual de Maringá, Maringá - Paraná

A partir de 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estabelecendo a doutrina da proteção integral. Ao contrário da visão do antecessor Código de Menores que considerava crianças e adolescentes objeto da tutela jurisdicional do Estado, o ECA os considera sujeitos especiais de direitos, por estarem em desenvolvimento e portanto estabelece uma gama de direitos e deveres inerentes a tais sujeitos. O Projeto de Extensão Educação para a Cidadania tem por objetivo a formação de acadêmicos dando destaque aos direitos humanos sobretudo aos direitos infanto-juvenis. Tem por escopo, dentro da proposta do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente - PCA, o estudo, a discussão e divulgação do ECA. Para tanto promove eventos, debates e seminários tendo como tema central a criança e o adolescente, de acordo com as concepções trazidas pelo ECA. É um projeto de extensão composto por profissionais e acadêmicos de diversas áreas, tais como Direito, Psicologia e Ciências Sociais. O grupo reúne-se semanalmente, sob a orientação das coordenadoras do projeto, para discutir aspectos relevantes do ECA através de textos selecionados e previamente lidos ensejando uma discussão sob diferentes enfoques, dentro das áreas de conhecimento dos integrantes do projeto. Avalia-se que o projeto tem alcançado resultados importantes, como uma aproximação maior do acadêmico com a realidade infanto-juvenil, possibilitando uma metodologia reflexiva que concilia a discussão teórica e a ação prática para discussão do Estatuto. Outro resultado foi a aplicação dos questionários sócio-econômicos no bairro Santa Felicidade, também em relação às instituições que lidam diretamente com as crianças e adolescentes e a atuação sistemática de seus membros nas reuniões dos conselhos municipais da criança e do adolescente, que é um conselho deliberativo das políticas de atendimento e proteção infanto-juvenil. Dentre as recentes atividades destacam-se a realização de um curso para formação de educadores sociais, a participação na II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e apoio organizacional ao II Encontro Nacional de Educação Social, ambos realizados em Maringá. Atualmente o projeto está elaborando uma cartilha dos direitos de acordo com a pesquisa de campo realizada no Bairro Santa Felicidade, com o objetivo de divulgar e debater os direitos das crianças e adolescentes, bem como esclarecer as atribuições do Conselho de Direitos e do Conselho Tutelar.

Universidade Estadual de Maringá

aline@pur.com.br; sec-pca@uem.br